

## PARA ABRAÇAR A UFBA<sup>1</sup>

**Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA**

Bom dia a todos. Eu gostaria, em primeiro lugar, de falar da minha satisfação de estar neste processo, junto com companheiros tão dedicados à Universidade. Gostaria de agradecer, especialmente, aos 332 docentes, 249 servidores e 188 alunos, que constituíram a rede de apoio à nossa candidatura, na qual foi discutida esta síntese de programa que tenho a oportunidade de trazer ao conhecimento de vocês.

A nossa proposta se pauta em quatro princípios. O primeiro deles: a **missão social da Universidade**. O papel social fundamental da nossa Universidade repousa sobre a liberdade de pensamento e a capacidade de crítica e de criação, organicamente afinadas, para enfrentar os desafios do desenvolvimento local, regional e nacional. O segundo princípio é o princípio da **excelência acadêmica** nas ciências, nas artes e nas humanidades. Precisamos de um projeto político capaz de transformar a excelência acadêmica em efetivo instrumento para a transformação social. Nesse processo, a UFBA deve tornar-se um qualificado centro de investigação e criação, articulado a uma dinâmica simultaneamente local e global. O terceiro princípio é o **respeito à diversidade** intelectual, artística, institucional e política. A valorização da pluralidade e da liberdade de atuação deve resultar em estratégias capazes de produzir saberes e práticas efetivamente interdisciplinares. O quarto princípio é a **competência de gestão**. Somente com uma gestão competente, a Universidade vai poder alcançar o pleno cumprimento da sua missão social, fomentando a excelência acadêmica e o respeito à pluralidade. A eficiência administrativa, obrigação de toda instituição pública, potencializa os recursos existentes, reformando estruturas, simplificando redes de gestão e valorizando as pessoas, que fazem funcionar nossa universidade.

Tais princípios se desdobram em pontos programáticos.

O primeiro deles, referido à **missão social** da Universidade, diz respeito à **autonomia** para a Universidade; precisamos conquistá-la. Esta autonomia será conquistada, negociada com a sociedade onde nos integramos. Com isso, poderemos ampliar o acesso de setores sociais excluídos à Universidade. Precisaremos reforçar a integração da UFBA com a rede de formação superior do nosso Estado. E buscaremos também ampliar o papel da nossa Universidade na sociedade prestando serviços socialmente relevantes. E, por último, precisamos inserir a Universidade no desenvolvimento local, regional e nacional.

Segundo princípio: **promoção da excelência acadêmica**. Devemos valorizar as produções científicas, artísticas e tecnológicas no mesmo patamar. Para isso, precisamos dinamizar a atuação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Precisamos superar as carências no ensino de graduação, reorganizando as grades curriculares e os sistemas de horários. Vamos fortalecer os sistemas de bibliotecas e redes de informação e,

---

<sup>1</sup> - Debate com candidatos à Reitoria, realizado na Reitoria da UFBA em 5 de maio de 2002. Transcrito e revisado, foi publicado em Cadernos da APUB, outubro de 2002.

desta maneira, promoveremos uma inserção qualificada da Universidade no panorama acadêmico nacional e internacional.

Em relação ao princípio do **respeito à pluralidade** complementado com a busca de integração, precisamos - e vamos fazê-lo - remover amarras à criatividade e iniciativa. Vamos ampliar as opções institucionais de promoção da pesquisa, da criação e da extensão. Pretendemos também fomentar a prática de esportes e lazer na nossa universidade, carências inexplicáveis em nossa universidade. Vamos também incentivar a criação de centros e núcleos interdisciplinares e inter-unidades de pesquisa e de criação. E, finalmente, precisamos e vamos implementar políticas facilitadoras da integração entre unidades, setores e *campi da UFBA*.

Nosso último princípio, a **competência de gestão**, se desdobra em dois. Primeiro, a questão de uma política de valorização de pessoas e, segundo, o elemento da modernização administrativa. A política de valorização de pessoas tem um componente essencial. Refiro-me à realização de programas de formação de pessoal utilizando, em primeiro plano, os recursos docentes próprios da Universidade. Vamos aumentar a segurança no *campus*, inserindo com mais firmeza a nossa Universidade nas iniciativas sociais de combate à violência. Vamos implementar uma política de apoio aos estudantes baseada em equidade e justiça, além de um programa de apoio aos aposentados. Para coordenar esse conjunto de ações e iniciativas, implementaremos uma pró-reitoria de desenvolvimento das pessoas e da comunidade universitária. No que se refere ao segundo elemento da competência de gestão, pretendemos realizar uma ampla reforma organizacional na UFBA, com descentralização da gestão, otimização da infra-estrutura, acesso amplo à informação acadêmica institucional ou contábil, reforma patrimonial, plano de gerenciamento ambiental dos *campi* e, finalmente, a implantação do orçamento participativo.

Avançando rapidamente diante da escassez de tempo, afirmamos esta declaração fundante do nosso programa: o caráter público e gratuito da universidade não é contraditório com a convivência com financiamentos captados sob a forma de contratos e convênios com entidades públicas ou privadas, desde que destinados a atividades de relevância social, com alto interesse acadêmico, sob controle social e transparência de gestão.

E temos quatro quereres.

Queremos construir uma Universidade moderna e competente, buscando a excelência acadêmica, artística e científica, capaz de fomentar o trinômio ensino, pesquisa e extensão, oferecendo aos alunos um ensino de graduação e de pós-graduação de alta qualidade, bem como cursos de extensão e estágios profissionalizantes, academicamente relevantes.

Queremos também construir uma universidade justa e igualitária, capaz de contemplar não apenas os sábios, artistas e cientistas que nela brilham e despontam, mas os professores que tocam o ensino no dia-a-dia, os servidores que fazem funcionar esta instituição tão complexa, os estudantes que trazem tanta juventude, criatividade e boa energia ao nosso *campus*.

Queremos ainda construir uma universidade com autonomia política, administrativa e financeira, capaz de captar recursos sem vender sua alma pública e sem comprometer seu caráter democrático e pluralista, além de constituir-se em modelo de gestão pública e eficaz, democrática e, sobretudo, transparente para toda a sociedade.

E, finalmente, queremos superar o marasmo interno e os impasses externos, respeitando a pluralidade, promovendo a excelência, cumprindo a missão social da universidade e, para isso, com união e compromisso, sensatez e serenidade, energia e coragem e, mais que tudo, com alegria, vamos todos abraçar a UFBA. Muito obrigado.

## **DEBATE:**

### **A necessidade de um pacto social na e pela Universidade**

Eu vou responder primeiro a questão que me foi dirigida diretamente. Tenho mais cinco outras aqui por escrito, não vou ter tempo de responder cada uma, mas tentarei integrá-las numa resposta geral.

Primeiro, a pergunta da professora Acioly: Como eu avaliaria a gestão do professor Heonir?

Muito rapidamente, uma avaliação desse tipo deve ter três componentes: um componente acadêmico, um componente administrativo e um componente de política-institucional. Minha opinião é que, na atual gestão, foi realizada uma tentativa parcialmente bem sucedida de resgatar o mérito nesta Universidade. A Universidade não precisa se envergonhar de ser uma instituição com base no mérito acadêmico, e aproveito para afirmar minha descrença na hipótese da incompatibilidade absoluta, total entre **mérito, democracia e eficiência**. No aspecto administrativo houve uma série de intenções positivas, para simplificar os processos internos, porém, estas intenções positivas foram barradas por uma falência na política institucional. Não atribuo nenhum desses aspectos, exceto os pontos positivos, à pessoa do professor Heonir, mas creio que faltou um pacto social nesta Universidade.

Em segundo lugar, as questões que Varenka traz em relação à divisão de verba. Encontra-se em nosso programa uma proposta de orçamento participativo. Em outra oportunidade retornarei ao assunto para dar uma idéia de como pretendemos fazer isto. Em relação à formação de servidores, também contemplamos um programa de requalificação de servidores e docentes, priorizando a utilização dos recursos próprios da Universidade: equipamentos, pessoas e docentes.

Terceiro, a série de questões de Roque. Roque disse que não é um acadêmico, mas eu defendo que ele é um acadêmico. Trata-se de um acadêmico da vida e do trabalho, certamente. Se não o fosse, a precisão de suas questões não seria tão flagrante. Em relação ao RU e à dispersão do campus, são temas que devem retornar na reforma patrimonial, infelizmente bloqueada nesse processo. Não confundam a emenda orçamentária constitucional com o projeto de reforma patrimonial. São questões diferentes e ambas devem ser retomadas, para soluções realistas e compatíveis com a situação da Universidade.

E a última pergunta foi sobre a greve. Já me manifestei especificamente sobre isso no debate com os servidores, indicando até que no nosso programa há uma referência ao compromisso de uma permanente interlocução junto à ANDES, FASUBRA e UNE nas lutas em defesa da Universidade pública e de qualidade e de defesa, também, da remuneração e condições de trabalho dos professores, servidores e do apoio aos estudantes. Reafirmo este compromisso, de que todas as lutas legítimas das categorias terão o nosso apoio.

Em quarto lugar, há uma série de questões do professor Joviniano Neto. Primeira, a nossa Universidade não pode se furtar a participar ativamente da construção de um projeto político nacional pelo fato de que somos, por definição, fonte permanente de crítica social, de crítica científica, de crítica cultural; precisamos assumir este papel com decisão e firmeza. Agora, um corolário da pergunta de Joviniano é: como atender às demandas sociais, evitando a privatização? Minha opinião, desenvolvida neste processo de discussão e construção coletiva e ampliada do nosso programa, é a seguinte: precisamos chegar junto à sociedade. Não podemos nos atrasar no processo social. É inaceitável, na verdade, que

sejam pagos com recursos públicos, em sua maior parte retirados do bolso dos trabalhadores, para sermos vanguarda... e falharmos nisso. A sociedade prossegue, avança numa velocidade muito grande, e nós nos retardamos. Não é admissível que estejamos reduzindo a nossa capacidade de atender às demandas sociais pelo nosso marasmo interno, pelos nossos bloqueios, pelas nossas dificuldades institucionais.

Então, eu concludo, Joviniano, dizendo que precisamos, efetivamente, resgatar a missão social da Universidade, que não deve ser, somente, uma fonte passiva de críticas, mas sim deve tornar-se uma instituição viva e atuante para atender as demandas da sociedade, porém, mais do que isto, no sentido de colaborar com a sociedade para que as demandas nela produzidas o sejam efetivamente para o progresso dela mesma e também da nossa Universidade.

### **Compromisso Democrático**

Em relação à pergunta de Cely Taffarel, gostaria de dizer que a nossa atuação na ANDIFES buscará, em primeiro lugar, representar as posições democraticamente e coletivamente construídas na nossa Universidade. O reitor é um representante da Universidade e, nessa condição, deve se articular com outros movimentos sociais, esperando que esses também terão voz forte e firme na defesa da posição das universidades no cenário nacional.

Antônio Câmara traz a questão das verbas. Acho que a nossa proposta do orçamento participativo dá conta disto. Agora, como lidar com o tema do risco de privatização, neste sentido que tem sido muito usado nos debates desta campanha. Em minha opinião, este é um sentido distorcido, ao definir privatização em relação à perda de controle da destinação dos recursos captados via convênio, ou contratos, em contrapartida à prestação de serviços. Acho que um controle social efetivo da Universidade precisa ser estabelecido, principalmente em função da falta de regulação. A nossa Universidade tem sido muito ineficiente, através dos seus conselhos superiores, na construção desse arcabouço jurídico-institucional de que necessitamos, para ter o controle social da nossa Universidade. Quer dizer, como garantir a autonomia interna, mas com controle social? Enfim, estou muito preocupado com tudo isso, e parece que Câmara também.

Agora, sua segunda questão é extremamente importante. Você pergunta: como definir o conceito de qualidade? E como se define – e você até especifica, quem define – o conceito de relevância social? Eu vou tratar destes problemas um a um.

O conceito de qualidade acadêmica não pode ser definido internamente. É uma falácia acharmos que temos autonomia na definição do que é uma pesquisa de qualidade, do que é uma criação de qualidade, do que é um produto artístico de qualidade. Quem define a qualidade do produto artístico é a platéia, é o público que aplaude ou vaia, ou mantém sua frequência a uma peça de teatro, a um concerto, ou um recital.

Por sua vez, a comunidade científica tem formas estruturadas de fazer isso. Então, para saber o que é qualidade em relação a um produto científico, você tem que inquirir às respectivas comunidades científicas nas suas especificidades. Ir, por exemplo, à comunidade científica de Física, de Comunicação, de Ciências Odontológicas ou de Saúde Coletiva e perguntar quem são esses sujeitos que se apresentam nesta eleição como candidatos, qual é a qualidade do seu produto. Eu dei o exemplo de Física, de Comunicação, de Ciências Odontológicas e de Saúde Coletiva só porque estamos aqui nesta mesa... mas vale para qualquer pesquisador. E isso não é autonomamente definido. A ciência é, por definição e por história, uma prática heteronômica.

Quanto ao conceito de relevância social, apresento uma resposta simples: é a sociedade que define o que para ela é relevante. Mas, você também tem razão, ao especificar que sociedade é um conceito que pode ser tomado de modo abstrato. Prefiro tomá-lo de modo concreto, como formação econômico-social e como campo e conjunto de forças e movimentos sociais, que interagem de modo tão dialético que não podemos adotar maniqueísmos em relação às formas de definição. Não há uma abordagem linear que defina a relação social, porque não há somente sujeitos individuais envolvidos nesse processo. Precisamos compreender a dialética de forças que inserem e articulam a universidade nos campos social e político.

Eu teria que ter muito mais tempo do que disponho, para responder a este material que saiu do dossiê de alguém. Vocês lembram dos dossiês, não lembram? Saiu do dossiê de alguém o registro de uma metáfora, que propus em Cachoeira, em 1997, em uma reunião promovida para discutir os futuros possíveis para a Universidade. Eu vou guardar no meu dossiê neste momento e, depois, aproveito para responder, porque efetivamente a questão que Luiz Filgueiras traz é de todas a mais importante e oportuna.

Na nossa Universidade - em função, talvez, até da instabilidade jurídico-institucional - temos tido formas variáveis, flutuantes, mutantes de tomar decisões, especificamente no sentido eleitoral. Sou partidário de que, de uma vez por todas, evoluindo, aperfeiçoemos os processos democráticos de tomada de decisão e de escolhas, envolvendo, inclusive, eleição de dirigentes. No momento, Filgueiras, também evoluindo, creio que não é admissível, nem cabível, que tomemos decisões sobre regras de processos eleitorais que mudam com tais processos em curso.

Todos ficamos consternados com o que aconteceu no plano nacional, quando o Superior Tribunal Eleitoral, no curso do processo eleitoral para presidência da república, tomou uma decisão que modificou os rumos deste processo. Agora, também, não é possível que, a cada eleição, se utilize de uma forma diferente de escolha de dirigentes. Isso tem que ser feito num processo de conquista da efetiva autonomia de gestão da universidade. Mesmo porque se a gente for tomar decisões em relação a coisas tão importantes quanto à escolha dos nossos dirigentes no calor dos processos, no açodamento dos atrasos produzidos por esta nossa incapacidade de conduzir a Universidade com um efetivo pacto social, algo que nos una, que nos abraçe e não que nos separe, e, no decorrer deste processo, se definem regras para escolher dirigentes, essas regras serão absolutamente interessadas.

Esta é, em síntese, a minha posição neste momento. A minha posição sobre esse assunto, num momento anterior, era de um momento anterior com uma forma de escolha diferente da atual. Eu já disse, em todos os debates onde participei, quando me foi perguntado qual a minha posição, sempre respondi que meu nome não está disponível para compor qualquer lista que será enviada ao Ministério da Educação, caso, se assim o quiserem, não seja eu o primeiro colocado.

### **Transparência e controle social**

Vou começar pelas questões especificamente a mim dirigidas por Anderson. Ele pergunta como enxugar a administração central em uma estratégia de descentralização, para recuperar a competência de gestão da Universidade e indica a nossa experiência no Instituto de Saúde Coletiva como terceirização.

Boa parte do tempo que eu, como diretor do ISC, perdia na administração central, era buscando servidores de apoio técnico-administrativo para o Instituto de Saúde Coletiva. Em todos os diagnósticos da situação dos servidores da UFBA, o nosso Instituto era a unidade menos servida por esta importante categoria, este importante segmento, sem o

qual o nosso trabalho acadêmico fica comprometido. Então, não temos o quadro de apoio técnico-administrativo completo simplesmente porque a Universidade não conseguiu disponibilizar servidores neste período. Todos os que foram disponibilizados absorvemos e estamos sequiosos de que mais apareçam, para que o nosso trabalho efetivamente possa cumprir sua missão social.

Agora, a transferência de quadros é parte do processo de descentralização. Não se trata de um enxugamento do corpo de apoio técnico-administrativo da Universidade. Propomos um enxugamento da administração central que, historicamente, tem sido inflada e centraliza funções em demasia. Então é um processo que deve ser de descentralização não somente de tarefas e responsabilidades, mas também de pessoal bem como de recursos materiais e financeiros através do orçamento participativo.

A questão de Batista: como reintegrar os aposentados, não só nos Conselhos Superiores, mas no trabalho da Universidade? Nós temos já testado, no Instituto de Saúde Coletiva, duas alternativas; uma delas com muito sucesso e a outra ainda iniciando a experiência. Primeiro, temos uma prioridade de contratação dos aposentados nos convênios captados, em todos os projetos que realizamos. E segundo, nós podemos convocar os aposentados com sua experiência, docentes e quadro de apoio, para aquele programa de formação dos quadros técnico-administrativos mencionado na apresentação do nosso plano de ação já que, sendo implantado efetivamente, haverá uma sobrecarga para os docentes. Pensamos em ampliar para a UFBA esta experiência dos nossos aposentados do ISC, que não são inativos, pelo contrário, são muito ativos.

Em terceiro lugar, a questão de Márcia Tosta. Não sendo eleito, participará do debate? Mas é claro! Nunca me furtei ao debate. Em todo esse período, 22 anos na Universidade, sempre participei dos debates e ações em prol do futuro da universidade, claro que dentro da minha competência e dos meus limites. E me candidato a continuar discutindo, especificamente, o tema a que tenho mais me dedicado, que é a inserção da Universidade no panorama da ciência e tecnologia nacional e no campo da saúde.

Vicente, suas duas questões. Uma: se os grupos que me apoiam, votarão no mais votado. Os grupos que nos apoiam, os segmentos acadêmicos, as categorias profissionais, têm seus processos próprios de decisão, eles definirão sua posição. Eu sou um representante desse consenso, dessa vontade majoritária. Não a submeterei a quaisquer posições, por mais progressistas que me pareçam.

A segunda pergunta de Vicente Neto trata de uma questão chave: a privatização do ensino superior. Minha posição em relação à privatização, já apresentada no decorrer dos debates, encontra-se agora bastante amadurecida.

Primeiro, há um sentido técnico de privatização, como, por exemplo, privatização de siderúrgica. No caso do ensino superior, eu sou terminantemente contra a privatização. Assim como saúde não é uma mercadoria, educação não é mercadoria nem cultura é mercadoria. São valores que não podem ser privatizados. São direitos dos sujeitos e deveres do Estado democrático moderno.

Segundo, no sentido restrito do termo – notem que é um sentido mais restrito do que o que está aparecendo –, se toma privatização como uma apropriação indébita, por pessoas ou grupos, do bem público. Eu também sou terminantemente contra esta situação. E nem poderia ser de outra maneira, porque se trata de crime social, infração prevista no Estatuto do funcionalismo público, com penalidades específicas. E cabe, ao gestor, a obrigação de apurar e punir.

Entretanto, há um terceiro sentido do termo privatização que, este sim, me incomoda porque é um sentido maldoso, distorcido. Atribui-se à privatização uma equivalência com

iniciativas de captação de recursos extra-orçamentários via convênios ou contratos. Não importa, nesta generalização absurda, a fonte dos recursos, sejam públicos ou privados. Neste caso, eu posso até dizer que, se o parceiro for uma instituição privada, a gratuidade, ou renúncia de receita, tecnicamente, é privatizante. E se, por outro lado, realiza-se a captação dos recursos ou a cobrança dos serviços trata-se do oposto da privatização, porque estaremos transferindo valor monetário do setor privado para o setor público.

Qual é então a questão-chave? A transparência e o controle social. E, neste caso, não podemos abrir mão de formas de regulação, avaliação e monitoramento que sejam absolutamente claras e transparentes, com efetiva determinação do corpo dirigente, dos conselhos da Universidade e de toda a comunidade universitária. Esta é a nossa posição em relação à questão da privatização que precisa, de uma vez por todas, ser esclarecida para que esta distorção, este viés, de tão má intenção, não possa prosseguir. Isto precisa definitivamente ser esclarecido.

### **Considerações Finais – Navegando/construindo um barco novo**

Em todos os debates, tenho usado o tempo da fala final para compartilhar alguma reflexão que possa nos servir para fazer prosseguir a discussão. Gostaria de dedicar a de hoje ao professor Pedro Agostinho (autor de um estudo etnológico clássico chamado *Embarcações do Recôncavo*) (Silva 1974).

No primeiro debate, no Instituto de Biologia, tentei aprofundar um pouco a discussão sobre a natureza da missão social da Universidade. No debate do PAF, a questão foi a relação entre democracia e competência de gestão, onde defendi a posição de que não são incompatíveis. Na Faculdade de Arquitetura, o tempo não permitiu me estender muito, mas busquei aprofundar um pouco o debate sobre as fraturas da Universidade.

E, hoje, me proponho a falar rapidamente sobre o tema da pluralidade e equidade. Convido a todos para uma reflexão mais conceitual em busca de uma definição mais rigorosa do conceito de pluralidade.

Penso que a pluralidade é composta por vários elementos.

Um elemento, que podemos chamar de *diferença*, compreende a heterogeneidade de sujeitos e grupos que, justamente, produz a sua identidade e os torna não idênticos. Diferença não é do conjunto nem do contexto, refere-se a sujeitos individuais ou a grupos homogêneos internamente. E o outro elemento, que chamamos de *diversidade*, implica um atributo do conjunto.

Diversidade não é portanto atributo dos sujeitos individuais nem dos grupos de pares, é uma propriedade do conjunto social. A Universidade é diversa, portadora de diversidade, porém os indivíduos e os grupos são diferentes.

Um outro importante conceito é o conceito de *distinção*. É um conceito bastante trabalhado por um famoso sociólogo francês, recentemente falecido, Pierre Bourdieu (1979), que trata da atribuição positiva de diferenças, em um sentido inclusive estético, de algo que é bom, e deve ser valorizado.

Outro conceito-chave nesta discussão é o de *desigualdade*. Trata-se de uma variação dimensional da pluralidade, mas em uma mesma escala. Por exemplo, uma escala monetária, uma escala social ou alguma outra escala.

E o último conceito, que nós não temos utilizado muito, mas que é essencial para se entender a questão, é o conceito de *iniquidade*, que expressa uma desigualdade injusta.

Nossa proposta para a UFBA, em seu componente de respeito à diversidade, à pluralidade e à busca de integração, propõe:

- valorização da pluralidade – tanto em relação à diferença quanto à diversidade;
- fomento à distinção – todos nós queremos ser excelentes, queremos ser os melhores possíveis naquilo que fazemos;
- redução das desigualdades e, se não a sua erradicação, que é o desejável, pelo menos uma maior promoção da equidade.

É necessário, portanto, distinguir a redução e a erradicação das desigualdades do respeito à pluralidade. Isto porque, no âmbito acadêmico onde por definição nos situamos, será ótimo que continuemos sendo diferentes, porém não desiguais.

Eu gostaria de encerrar, retomando a metáfora do vapor de Cachoeira, apenas para lembrar a todos o que estava naquele dossiê. A UFBA é um vapor, modalidade antiga de um meio de transporte. Em sua viagem, uma diversidade meteorológica de cenário (tempestades e borrascas) pode atingi-la. Porém os temporais se tornam mais fortes e frequentes, e o barco pode afundar. Ou o vapor entra no estaleiro, ou trata de se refazer sem interromper a viagem.

O vapor não é um todo homogêneo, é claro. Há núcleos de excelência, há centros de pesquisa e de criação; bóias que mantêm o vapor da UFBA navegando com grande esforço. Dentro dele se constrói um navio moderno e, numa determinada hora, a casca se abre, sai o novo e deixa o velho barco encalhado num museu. Nós temos que pensar como deve ser o novo barco.

Na verdade, já estamos pensando como deve ser o novo barco. Agora, mais que tudo, o nosso chamamento para abraçar a Universidade, a respeitar a pluralidade, a fomentar a distinção, a reduzir as desigualdades, implica também um convite a que todos embarquem no navio novo. Não queremos que ninguém fique no barco encalhado. Nem queremos que alguém fique no museu. A UFBA é a união de todos nós na busca desse novo. Quando o novo barco estiver pronto para partir, queremos que todos venham conosco. Todos a bordo.